

COOPERAÇÃO

O governador de Kaohsiung, em Taiwan, acredita que existe “um grande potencial” de cooperação económica e comercial com Macau, sobretudo na “exportação de produtos agrícolas” com origem naquele município. Para Chui Sai On, “outras cidades de Taiwan são igualmente bem-vindas a reforçar o intercâmbio e contactos com Macau, ao abrigo do ‘consenso de 1992’”. ● P.3

TRABALHADORES DOMÉSTICOS

Sulu Sou mostrou-se a favor de um valor de salário mínimo apenas para os trabalhadores domésticos, o que representa uma concessão face à proposta de lei apresentada em Novembro, mas que continua aquém das reivindicações das associações de trabalhadores migrantes. O deputado prometeu discutir o assunto com representantes de empregadores e das agências de emprego. ● P.4

EMPREGO

O Governo filipino passou a exigir aos trabalhadores no estrangeiro a apresentação de um contrato verificado pelo consulado da cidade onde estão a residir, exigindo aos patrões que suportem os custos do repatriamento dos restos mortais em caso de morte. A nova medida é vista como positiva por garantir uma maior protecção, mas está a causar litígios em Macau entre trabalhadores e patrões.

● P.5

ATFPM

Pereira Coutinho vai manter-se à frente da Associação dos Trabalhadores da Função Pública (ATFPM) até 2022. Nas eleições que se realizaram no sábado, o deputado obteve um total de 3647 votos, num total de 3662 votantes, prometendo continuar a alertar todos os anos o Governo para proceder à actualização salarial de acordo com a inflação. ● P.6

ponto final.

句號報

RAUL LEAL GAIÃO

“Durante muito tempo havia uma atitude negativa em relação a eles [crioulos]”

● P.8-9

INVESTIGAÇÃO CCAC

José Tavares desconhecia ligação de suspeito a clínica veterinária

Na passada sexta-feira, o Comissariado Contra a Corrupção anunciou que um chefe de divisão do Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) foi suspenso por ter “obtido participação económica” no processo de esterilização dos galgos do Canídrómo. O suspeito terá, em conluio com um outro funcionário público e um empresário, conseguido benefícios para um centro veterinário do qual era sócio. José Tavares, presidente do IAM, garantiu ao PONTO FINAL que o organismo desconhecia as ligações do responsável à clínica. Albano Martins, presidente da Anima, diz não ter denunciado o caso em 2018 por falta de provas, e deixa elogios ao suspeito. ● P.7



EDUARDO MARTINS

IAM desconhecia ligação do chefe de inspecção veterinária a clínica dos galgos, diz José Tavares

Na recta final do processo de adopções dos galgos do Caníndromo, o Comissariado Contra a Corrupção (CCAC) confirmou que um chefe de divisão do Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) foi suspenso por ter, alegadamente, lucrado com a esterilização dos animais através de uma clínica veterinária da qual era sócio. Ao PONTO FINAL, José Tavares, presidente do IAM, disse desconhecer a clínica em causa. Já Albano Martins, presidente da Anima, afirmou que já havia suspeitas.

ANDRÉ VINAGRE
andrevinagre.pontofinal@gmail.com

Na passada sexta-feira, o Comissariado Contra a Corrupção (CCAC) informou que um chefe de divisão do Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) havia sido suspenso por ter “obtido participação económica” no processo de esterilização dos galgos do Caníndromo. O suspeito terá, em conluio com um outro funcionário público e um empresário, conseguido benefícios para um centro veterinário do qual era sócio. José Tavares, presidente do Conselho de Administração do Instituto para os Assuntos Municipais (IAM), garantiu ao PONTO FINAL que o organismo

desconhecia as ligações da clínica ao responsável. Albano Martins, presidente da Anima, referiu que já havia suspeitas, mas que não denunciou o caso por falta de provas. Albano Martins deixa ainda elogios ao responsável. Numa nota divulgada na passada sexta-feira, o CCAC adianta que, no âmbito do processo de realojamento dos galgos do Caníndromo que pertenciam à Yat Yuen, e depois de uma denúncia feita em Agosto do ano passado, foi iniciada uma investigação, tendo sido descoberto um caso suspeito de abuso de poder praticado por um chefe de divisão do IAM. O nome do responsável não é revelado, mas a TDM – Canal Macau, que avançou com a notícia, diz que é Choi U Fai, chefe da Divisão de Inspeção e Controlo Veterinário do IAM. “Este, em conluio com um outro funcionário público e um comerciante, terá obtido participação económica em negócio”, diz a nota do CCAC. “Conforme a proposta do Ministério Público, o Juízo de Instrução Criminal decretou a aplicação, ao referido chefe de divisão, da suspensão do exercício de funções públicas e a todos os arguidos foram aplicadas medidas de coacção, nomeadamente a proibição de ausência da RAEM e apresentação periódica”, lê-se no comunicado, que passa a explicar que um chefe de divisão do então Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), responsável pela inspecção veterinária, “terá praticado abuso de poder no processo de acompanhamento do caso dos galgos, obtendo benefícios para um centro veterinário no qual era sócio de forma velada, fazendo com que o referido centro conseguisse os contratos de cuidados médicos e de esterilização relativos a mais de 500 galgos”.

Choi U Fai terá também dado ordem aos seus subordinados para emprestarem equipamentos médicos do IACM para uso da sua clínica veterinária. Além disso, desde Julho de 2012 que o responsável terá conseguido mais de 120 adjudicações para a sua empresa, envolvendo um montante de oito milhões de patacas. O crime de abuso de poder é punível com uma pena de prisão até três anos, acrescenta o comissariado.

“NÃO CONHECÍAMOS QUE AQUELA EMPRESA PERTENCIA A ELE”

A este jornal, José Tavares não quis confirmar o nome do responsável: “Eu vou respeitar as normas, saiu o comunicado sem mencionar o nome, também não vou mencionar agora”. Questionado sobre se o IAM – na altura, IACM – tinha conhecimento de que a clínica veterinária em causa tinha ligações a Choi U Fai, o presidente do instituto respondeu: “Certo que não”. “Só [soubemos] depois da averiguação porque, daquilo que li na imprensa, o comunicado do CCAC diz que ele fazia parte da empresa, mas encoberto”, explicou. “A clínica não fomos nós que contratámos, a clínica foi a Yat Yuen que contratou”, sublinhou José Tavares, acrescentando que, relativamente às adjudicações de 2012 até agora, “são as adjudicações que nós fazemos ao longo do tempo para a aquisição de equipamentos ou produtos alimentares para os cães, também não conhecíamos que aquela empresa pertencia a ele”. O PONTO FINAL tentou confirmar se a escolha desta clínica foi feita pela Yat Yuen, mas Stanley Lei, director executivo da empresa,

não quis comentar, alegando que não conhecia o caso.

“Eu acho que o IAM tem feito tudo o possível para que as coisas corresse 100% bem, especialmente na conduta dos 500 e tal cães da Yat Yuen, desde o princípio até agora, é triste esta última parte, porque estamos quase a concluir o processo”, disse José Tavares, lamentando: “É um desfecho um pouco triste”. O presidente do IAM confirmou ainda que o instituto vai abrir uma investigação interna sobre o caso. Num comunicado divulgado também na passada sexta-feira, o IAM dizia-se “inteiramente disponível para colaborar na investigação”. “É com grande tristeza que o IAM está a tratar deste caso de suspeita de violação da lei por parte de uma das suas chefias”, lê-se no documento. Num comunicado divulgado pelo gabinete de Sónia Chan, secretária para a Administração e Justiça, lê-se que a governante “atribui grande importância ao caso”.

“UMA GRANDE SURPRESA”,
APESAR DAS SUSPEITAS

Albano Martins, presidente da Anima, diz ter sido apanhado de surpresa, apesar das suspeitas que já tinha. “Eu não estava a par de que possivelmente ele teria usado a sua posição para esse tipo de negócios. Não era essa a minha expectativa em relação a ele. Quanto a isso fiquei completamente surpreendido”, disse, acrescentando depois que “havia suspeitas de que houvesse familiares envolvidos numa clínica, mas eram só suspeitas, não havia provas”. “Foi uma surpresa muito grande, embora eu acredite que, provavelmente, serão familiares que terão o negócio e que ele não estava envolvido”, acrescentou. As suspeitas já vinham de trás: “Já há muito tempo que se falava que esse senhor, por membros directos ou indirectos da família, teria interesse numa clínica, nessa clínica. Mas uma coisa é dizer-se, outra é provar-se”.

A denúncia ao CCAC terá sido feita por Zoe Tang, uma antiga funcionária da Anima, que acabou por se afastar da associação. Zoe Tang terá, inicialmente, denunciado a situação a Albano Martins, que decidiu não apoiar a denúncia por falta de provas e por não ser essa a responsabilidade da Anima, referiu o próprio. “Na altura, quando a minha funcionária me falou de que queria apresentar queixa ao comissariado, eu sugeri que ela tivesse provas para apresentar, não com a algazarra que ela fez, por isso, discordo”, sublinhou, ressaltando: “Eu discordo da forma como fez, mas não estou contra o facto de ela ter feito a denúncia, antes pelo contrário”. Segundo o activista, as denúncias feitas ao próprio por Zoe Tang prendiam-se com a forma como os animais estavam a ser tratados, que “não eram correctas nem justas” e ainda outras questões “cuja responsabilidade era do IACM e não da Anima”. Questionado sobre a razão pela qual não denunciou o caso, Albano Martins respondeu: “Não era da nossa responsabilidade”. O PONTO FINAL tentou contactar Zoe Tang, sem sucesso. Albano Martins, que confirmou também ter sido ouvido pelas autoridades, deixou ainda elogios a Choi U Fai: “Esse foi um dos poucos elementos do IACM que apoiou a Anima durante este tempo todo na luta pelos galgos. Não é pelo facto de estar na mó de baixo que nós vamos apontar o dedo à pessoa”. E recorda que “foi a pessoa que, em 2011, denunciou as condições do Caníndromo e pôs todo o mundo alertado para o que estava a acontecer no Caníndromo, que nem nós sabíamos”. “Nós temos para com essa pessoa algum respeito e alguma admiração”, conclui.